

POLÍTICA DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DA EMPRESA

NOVA ERA AGRÍCOLA PIRANGI LTDA

INTRODUÇÃO

Esta Política de Privacidade descreve os dados pessoais que coletamos, como eles são usados, armazenados e compartilhados e os seus direitos em relação a esses dados. Nosso objetivo é acabar com a complexidade e por isso tentamos deixar essa Política de Tratamento de dados “Política de Privacidade” o mais simples possível – mas, caso ainda tenha dúvidas, nossos canais de atendimento indicados abaixo estão à sua disposição.

Vale lembrar, essa Política foi criada para mostrar o nosso compromisso em sempre tratar os seus dados pessoais com segurança, privacidade e transparência.

CONCEITO

Conforme preconiza a lei n.º 13.709 de 14 de Agosto de 2018, com alterações introduzidas pela lei 13.852 de 08 de Julho do ano de 2019, a presente Política de Tratamento de Dados da empresa NOVA ERA AGRÍCOLA PIRANGI LTDA tem como conceito e finalidade dispor sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive, os dados obtidos por meio digitais, atendendo os objetivos regulados pelo poder legislativo, visando sempre preservar os direitos fundamentais de liberdade e privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Neste ângulo, temos que a presente Política de Tratamento de dados pessoais tem como escopo, não se limitando, regular, enaltecer e firmar os direitos dos titulares dos dados pessoais que passarem a ser tratados pela empresa NOVA ERA AGRÍCOLA PIRANGI LTDA, bem como, sem se limitar, as formas de tratamento, as finalidades de tratamento, a duração do tratamento dos dados, enfim, regular, enaltecer e firmar, sem qualquer limitação, os princípios, direitos, deveres,

obrigações, bem como, modos e caminhos para exercício de direitos, deveres e interesses dos titulares de dados tratados pela empresa NOVA ERA AGRÍCOLA PIRANGI LTDA.

A empresa NOVA ERA AGRÍCOLA PIRANGI LTDA, adianta que a presente política de tratamento de dados pessoais tem como finalidade precípua atender os ditames legais e garantir que o tratamento, quando necessário, de dados, será pautado pela segurança das informações e privacidade dos dados, entre outros que, sem dúvidas, levarão a garantia irrestrita de atendimento ao escopo legal, introduzido pela lei 13.709/2018.

FUNDAMENTOS E APLICAÇÃO

Para que haja clareza, facilidade na compreensão, bem como, lisura e transparência, a presente Política de Tratamento de dados enaltecerá, de forma resumida, quais os fundamentos que lastreiam a proteção de dados pessoais na empresa NOVA ERA AGRÍCOLA PIRANGI LTDA.

Neste cenário, conforme disciplina o artigo 2º da lei n.º 13.709/2018, a empresa NOVA ERA AGRÍCOLA PIRANGI LTDA, lastreará a proteção dos dados pessoais de titulares que necessitar tratar, observando rigorosamente o respeito a privacidade, a autodeterminação informativa, a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e opinião, bem como, será sacramentado por esta Organização a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem dos titulares de dados tratados, entre outros, relevantes e aplicáveis ao longo de todo o tratamento de dados realizados por esta pessoa jurídica.

Baseada nos fundamentos acima expostos, bem como, em demais e irrenunciáveis direitos dos titulares de dados pessoais, a presente pessoa jurídica, ao tratar os dados de pessoas físicas, protegidos e reguladas pela lei n.º 13.709/2018, observará com rigor a presente Política de Tratamento de dados, bem como, não se limitando, todas as regras, deveres e obrigações insculpidas na lei n.º 13.709/2018, isto, para toda a operação de tratamento de dados que participar e que seja realizada no território nacional, bem como em todos os tratamentos de dados que tenha por objeto a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou, ainda, no tratamento de

dados pessoais de indivíduos localizados no território nacional, entre outras hipóteses legais.

Diante do contexto legal, a Política de Tratamento de Dados Pessoais desta empresa, atendendo rigorosamente ao quanto disposto no artigo 4º da lei 13.709/2018, bem como em alíneas, incisos e artigos esparsos do citado compilado legal, não se aplicará a tratamento de dados pessoais realizados por pessoa natural com fins exclusivamente particulares e não econômicos e, ainda, a tratamento de dados que tenha fins exclusivamente jornalísticos ou artísticos, acadêmicos e, ainda, os elencados nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do inciso III do artigo 4º da lei n.º 13.709/2018.

Com intuito meramente declaratório, insculpe-se pela presente política de tratamento de dados que é dever dos signatários, controlador, operador e demais pessoas ligadas ao tratamento de dados desta organização, cumprir com os deveres impostos pela lei 13.709/2018, aplicando-a, juntamente com as diretrizes e bases arroladas neste instrumento (política) de tratamento de dados, tudo, para salvaguardar os direitos dos titulares de dados que tiverem estes (dados), tratados nas relações comerciais, ou não, entabuladas.

PRINCIPAIS TERMOS E NOMENCLATURAS DA LEI E DA PRESENTE POLÍTICA DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

A fim de proporcionar aos titulares de dados a fácil compreensão das terminologias utilizadas pela lei n.º 13.709/2018, bem como as utilizadas na presente política de tratamento de dados, sacramenta-se, neste ponto, breve explanação sobre os principais termos, agentes e nomenclaturas utilizadas no “mundo” de tratamento de dados pessoais.

Pois bem, é sempre importante lembrar que, apesar das considerações expostas na presente Política de tratamento de dados pessoais, esta empresa tem e terá a disposição dos titulares de dados, pessoal qualificado e pronto para atender as demandas, requisições realizadas, sempre, levando ao titular dos dados, todas as informações necessárias ligadas aos seus dados, preservando-se, é claro, os segredos industriais e comerciais.

Firma-se, portanto, como principais terminologias utilizadas na presente Política de tratamento de dados, as insculpidas no artigo 5^a da lei n.º 13.709/2018, entre elas:

a) dado pessoal: como sendo toda informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

b) dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

c) dado anonimizado: dado relativo ao titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

d) banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;

e) titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

f) controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

g) operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

h) encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

i) agentes de tratamento: o controlador e o operador;

j) tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

k) anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

l) consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

m) bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;

n) eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;

o) transferência internacional de dados: transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;

p) uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicas no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

q) relatório de impacto à proteção de dados pessoais: documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco;

r) Organização: A presente pessoa jurídica, detentora de todos os direitos, obrigações insculpidos na presente Política de tratamento de dados.

PRINCÍPIOS NORTEADORES DA PRESENTE POLÍTICA DE TRATAMENTO DE DADOS. ORGANIZAÇÃO QUE PAUTA-SE EM OBSERVAR RIGOROSAMENTE OS MESMOS

Notadamente, temos que a Lei Geral de Proteção de dados veio a introduzir no regramento nacional, elementos e diretrizes que irão basilar o tratamento de dados pessoais por organizações, sejam públicas ou privadas. Neste sentido, a presente Organização - que sempre esteve e está pautada pela lisura e transparência nas relações que mantém com seus colaboradores, clientes, prestadores de serviços, enfim, todos aqueles que relacionam-se comercialmente com esta organização - tem o dever de observar rigorosamente todos os princípios que norteiam o tratamento de dados pessoais.

Sacramentados no artigo 6^a da lei 13.709/2018, os principais princípios que serão observados pela presente organização são:

A-) Princípio da Finalidade: entendido este como o princípio que, garante e obriga a organização, a tratar os dados de seus titulares somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos, sempre informados para os seus titulares, sendo vedado o tratamento de dados dos titulares, posteriormente, de forma incompatível com as finalidades anteriormente informadas/destacadas;

B-) Princípio da Adequação: por referido princípio, a presente Organização pauta-se e deve-se pautar em sempre tratar os dados de seus titulares de forma compatível com as finalidades informadas, tudo, de acordo com o contexto do tratamento;

C-) Princípio da Necessidade: citado princípio baseia-se na limitação do tratamento de dados ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, sendo imperioso destacar que a presente Organização deve sempre pautar-se por

colher dados de titulares somente para a pertinência específica, de forma proporcional e não excessiva, em relação ao tratamento que dará aquele dado;

D-) Princípio do Livre Acesso: a presente Organização, pelo referido princípio, deverá garantir aos titulares de dados a consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento dos dados colhidos, observando ainda rigorosamente a integralidade dos dados pessoais dos titulares;

E-) Princípio da Qualidade dos dados: visa a garantia da presente Organização em promover, aos titulares de dados, a exatidão, clareza, relevância e atualização dos mesmos (dados) utilizados, tudo, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

F-) Princípio da Transparência: A presente Organização deve, pelo citado princípio, garantir aos titulares de dados tratados, informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento de dados, bem como, os respectivos agentes de tratamento;

G-) Princípio da Segurança: Compromete-se a presente Organização ainda a, diante do citado princípio, utilizar todas as medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais e ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

H-) Princípio da Prevenção: A Organização deve adotar medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude de tratamento de dados pessoais.

I-) Princípio da Não Discriminação: entendido como o princípio pelo qual esta Organização deve observar com rigor, sendo-lhe vedada a realização de tratamento de dados para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos.

J-) Princípio da responsabilidade e prestação de contas: Observando referido princípio é que a presente Organização elabora a presente Política de tratamento de dados, a fim de demonstrar a adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais, inclusive, eficácia dessas medidas.

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

A presente Organização, amparada nos termos da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), se compromete e se responsabiliza pelo tratamento de dados dos titulares que necessitar ter acesso, sempre através de consentimento pelo titular. Ademais, a presente Organização, observando o artigo 7º da lei 13.709/2018, se reserva no direito de tratar os dados pessoais sempre que houver necessidade de cumprir obrigação legal ou regulatória pelo controlador de dados.

Não obstante, pela presente Política de tratamento de dados reserva-se a Organização a tratar dados pessoais sempre que necessário para execução de contratos ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, bem como tratar dados para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.

Amparada ainda na lei n.º 13.709/2018 o tratamento de dados pessoais por esta Organização será realizado sempre que necessário for para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou terceiro, bem como quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais; ou, ainda, para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.

Vale destacar que a presente Organização, observando o regramento pátrio, se reserva no direito de compartilhar os dados pessoais, sempre que necessário for para fins específicos e lícitos. Aliás, a presente Organização poderá, nos termos do parágrafo sétimo do artigo 7º da lei n.º 13.709/2018, fazer o uso dos dados pessoais para novas finalidades, observando rigorosamente os propósitos legítimos e específicos para o novo tratamento e, ainda, preservando os direitos dos titulares de dados, entre eles, mas não se limitando, aos fundamentos e princípios da Lei Geral de Proteção de Dados e da presente Política de Tratamento de dados pessoais.

TRATAMENTO DE DADOS NA ORGANIZAÇÃO

A presente Organização, no tratamento de dados, observará e solicitará, dentro dos poderes que possui, os dados pessoais abaixo, bem como destacados no Anexo I, seguindo o mapeamento da atividade a ser realizada:

A-) Nome, profissão, endereço, CTPS, RG, CPF, CNH, PIS, título de eleitor, carteira de reservista, endereço, sexo, data de nascimento, naturalidade, nome da mãe e pai, número do registro do CREA, grau de escolaridade, e-mail, telefone.

Referidos dados são necessários e imprescindíveis para as mais diversas finalidades na Organização. Dentre elas, os dados dos titulares serão tratados com a finalidade abaixo sedimentadas, bem como as destacadas no Anexo II a esta política de tratamento de dados.

A-) Cadastro de clientes, recrutamento, seleção de candidatos à funcionários, bem como admissão de funcionários para fazer parte da equipe;

B-) compra e venda de produtos e serviços oferecidos pela Organização;

C-) apuração de crédito/financiamento perante instituições financeiras parceiras;

D-) Marketing;

E-) execução e cumprimento de contratos;

F-) comunicados diversos;

G-) Entregar conteúdo informativo, com promoções de serviços ou produtos ou não, impresso ou digital;

H-) Comunicar sobre eventos, anúncios conduzidos por nós e/ou pelas Empresas Relacionadas e/ou, ainda, por nossos parceiros e anunciantes, em sua conta de e-mail, por mensagem de texto, aplicativo de mensagens, ligação telefônica (incluindo telemarketing) e notificação instantânea (push); Informar sobre mudanças em nossos termos, serviços ou políticas (incluindo esta Política); e Ofertar novos Serviços a você, através da sua

conta de e-mail, por mensagem de texto, aplicativo de mensagens, ligação telefônica (incluindo telemarketing) e notificação instantânea (push), inclusive aqueles cuja contratação você iniciou, mas não finalizou.

I-) Pesquisas de satisfação e outras de cunho comercial ou não;

J-) Notificações de interesse;

O tratamento destes dados será feito (operado) pelos setores de compras, vendas, comercial, recursos humanos, prestação de serviços em geral, entre outros. Importante esclarecer que o tratamento de dados nesta Organização segue as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados e, por isto, salvo os dados já lançados na presente Política de tratamento de dados pessoais, bem como, para a finalidade aqui destacada, sempre haverá de ser realizada e colhido o consentimento do titular para tratamento de dados.

Notadamente, esta Organização busca atender os ditames legais e, para isto, lança que o consentimento do titular de dados será colhido e obtido por meios lícitos, seja se por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular, tal como preconiza o artigo 8º da lei 13.709/2018.

Neste aspecto, referido consentimento sempre refletirá a finalidade do tratamento aqui insculpada e poderá ser revogado a qualquer momento pelo seu titular, mediante manifestação expressa deste (titular), tudo, de acordo com os ditames do parágrafo 5º do artigo 8º da lei n.º 13.709/2018 e da presente Política de Tratamento de Dados pessoais.

A Organização, seja através da presente Política de Tratamento de dados, seja porque está adstrita aos ditames da Lei n.º 13.709/2018, se compromete a disponibilizar e informar o titular de dados da presente Política de tratamento de dados, precavendo-se em não basear-se em informações com conteúdo enganoso ou abusivo ou não tenham sido apresentadas previamente com transparência, de forma clara e inequívoca, sob pena do consentimento ser considerado nulo (§1º do artigo 9º da lei 13.709/2018).

Ressalva-se que a Organização poderá tratar os dados fornecidos pelos titulares para novas finalidades, desde que observados os propósitos legítimos e

específicos para o novo tratamento e a preservação dos direitos do titular, assim como os fundamentos e os princípios previstos nesta Lei.

FORMA E DURAÇÃO DO TRATAMENTO DE DADOS NA ORGANIZAÇÃO

O tratamento de dados na Organização ocorrerá, através do fornecimento pelo titular, dos dados necessários para a finalidade posta nesta Política. Esta Organização obterá o consentimento do titular dos dados através do aceite, expresso ou tácito, bem como através da declaração, expressa ou tácita e, ainda, da disponibilização e leitura da presente Política de tratamento de dados, pelo titular.

O acesso aos dados dos titulares ficará restrito a Organização, devidamente separados em pastas próprias e, em determinados casos, em sistema informatizado, sendo permitido a Organização compartilhar os dados para cumprimento de obrigações legais e contratuais com terceiros, como por exemplo, prestação de informações aos órgãos públicos e privados de qualquer índole, seja se o compartilhamento ocorrer por uma obrigação legal ou contratual da própria Organização.

Notadamente, o titular dos dados está sendo informado, pela presente política de tratamento de dados, como o tratamento será realizado, bem como a finalidade do tratamento de seus dados, sendo certo que a duração do mesmo (tratamento de dados) ocorrerá até que a Organização obtenha e consiga atingir a finalidade esperada para aquele tratamento de dados, bem como se estenderá pelos prazos legais para garantia do exercício regular de seus direitos ou de direitos de terceiros, entre eles, não se limitando, órgãos públicos e privados, parceiros desta Organização.

Evidentemente, a Organização se reserva no direito de, na forma e duração do tratamento de dados, preservar os segredos comerciais e industriais que estão envolvidos nas suas atividades empresariais, resguardando-se de solicitações ou pedidos que criem ou passam criar qualquer risco a sua atividade empresarial.

DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS. TRATAMENTO NA ORGANIZAÇÃO

Sobre dados pessoais sensíveis, a Lei Geral de Proteção de Dados os resguarda com maior rigor, sendo certo que a presente Política de Tratamento

dados também o faz. Assim, nos termos da legislação de regência, dados pessoais sensíveis são todos aqueles que tratam sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

Citados dados NÃO serão tratados pela presente Organização, salvo se houver consentimento expresso, com a finalidade específica referendada, bem como, acesso ao titular a todos os direitos da lei, em especial direito à eliminação dos dados, revogação de consentimento, entre outros insculpidos no artigo 18 da lei n.º 13.709/2018.

Havendo tratamento de dados pessoais sensíveis pela presente Organização, a utilização destes independe de consentimento do titular para: a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador; b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos; c) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis; d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem) ; e) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro; f) tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; ou g) garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º desta Lei e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Sempre que houver o tratamento de dados de crianças e adolescentes, esta Organização deverá colher consentimento específico e com destaque dado por pelo menos um dos pais ou responsável legal. Assim, pela presente Política de Tratamento de dados, esta Organização torna pública que os dados necessários e que poderão ser coletados de crianças e adolescentes serão os destacados no Anexo I.

Ao passo, os dados serão utilizados na forma da presente Política de tratamento de dados, e os direitos destes titulares serão exercidos, especificamente, através do quanto regulado na Lei n.º 13.709/2018 e nesta Política de Tratamento de dados pessoais.

Poderão ser coletados dados pessoais de crianças sem o consentimento a que se refere o § 1º deste artigo quando a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, utilizados uma única vez e sem armazenamento, ou para sua proteção, e em nenhum caso poderão ser repassados a terceiro, salvo os casos de compartilhamento tratados nesta Política de tratamento de dados pessoais, o qual os usuários dos serviços desta Organização declaram ciência.

DO CONTROLADOR, OPERADOR E ENCARREGADO DE TRATAMENTO DE DADOS.

Com o fim precípua de atender aos ditames legais, a presente Organização vem, pela presente Política de tratamento de dados pessoais, firmar que o Controlador de dados, como sendo aquele a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, bem como o operador, como aquele que realizado o tratamento de dados pessoais, será a própria Organização como um todo, aí entendido o controlador na pessoa de seus sócios administradores e o operador como o conjunto de setores da própria Organização que fazem o tratamento dos dados pessoais de clientes, parceiros, fornecedores, funcionários e todos aqueles que fornecem dados à esta Organização.

Neste mesmo turno, a Organização, indicada pelo controlador e operador, fará canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), representada pelos sócios e titulares das quotas sociais da empresa.

O contato do Controlador, Operador e Encarregado no tratamento de dados pessoais na Organização será o realizado através do E-mail: encarregadodedados@novaeraagricola.com.br. Contato este que servirá para atender a todos os direitos dos titulares de dados tratados pela Organização, em especial, os dados dos titulares elencados na presente Política de Tratamento de dados pessoais e na Lei Geral de Proteção de Dados.

Inculpe a presente Organização publicar que as atividades do Encarregado de tratamento de dados consistem em: (i) aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências; (ii) receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências; (iii) orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais e, ainda; (iv) executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

Competem aos agentes de tratamento de dados desta Organização observar com rigor as normas desta Política de Tratamento de dados, bem como as regras insculpidas na Lei Geral de Proteção de dados (Lei n.º 13.709/2018), devendo, entre outras, adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados pessoais.

COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELA ORGANIZAÇÃO

A Organização se reserva no direito de promover o compartilhamento dos dados pessoais dos titulares que mantiverem relacionamento, sempre buscando a lisura e transparência na relação, bem como a segurança esperada neste compartilhamento. Para fins específicos de compartilhamento de dados, reserva-se a presente Organização em compartilhar os dados para cumprimento de obrigações legais e contratuais com terceiros, como por exemplo, prestação de informações aos órgãos públicos e privados de qualquer índole, seja se o compartilhamento ocorrer por uma obrigação legal ou contratual da própria Organização.

Vale dizer, de forma específica, que a presente Organização utiliza serviços e tecnologias de terceiros confiáveis e que seguem padrões de segurança aceitáveis e que estão sujeitos à obrigação de confidencialidade. Assim, seus Dados serão compartilhados com as categorias de terceiros (abaixo) (em conjunto, “Parceiros”) sempre de acordo com essa Política, os Termos de Uso do respectivo Serviço (quando houver), a legislação aplicável e para os fins abaixo estabelecidos.

- i) Patrocinadores e Anunciantes.

Para fins de cumprimento de exigências de ações comerciais, promoções ou concursos, no caso de ações comerciais, promoções ou concursos patrocinados por outras empresas ou por meio de parcerias desta Organização.

ii) Empresas de pesquisa.

Para oferecer um serviço mais adequado ao seu perfil, nós e/ou nossos parceiros de pesquisa entraremos em contato com você para realizar enquetes e pesquisas com o intuito de testar, resolver problemas ou avaliar nossos Serviços.

iii) Empresas Relacionadas.

Para (i) identificar produtos e serviços das Empresas relacionadas que possam ser do seu interesse; (ii) criar um perfil mais personalizado sobre você com o propósito de ajudar a personalizar a sua experiência nos serviços de Empresas Relacionadas; (iii) ofertar publicidade baseada em seus interesses; (iv) realizar pesquisas e análises para auxiliar na melhoria dos serviços das Empresas Relacionadas (por exemplo, recomendando a você programas/ofertas que possam ser do seu interesse); e (v) comunicar ações comerciais, promoções ou concursos conduzidos pelas Empresas Relacionadas com esta Organização e por esta própria Organização.

Por Empresas Relacionadas entendem-se todas empresas que são ou venham a ser parceiras, contratadas, controladas, controladoras, coligadas ou estar sob controle comum desta Organização.

iv) Prestadores de Serviços de Tecnologia da Informação.

Para (i) prestar serviços de nuvem para a nossa plataforma; (ii) hospedar os Serviços e conteúdos; e (iii) fornecer suporte técnico e operacional para os Serviços. Nestas circunstâncias, seus Dados serão armazenados e processados em plataformas de terceiros, que podem estar localizadas no Brasil ou no exterior.

v) Prestador de Serviços de Suporte Técnico.

Para que terceiros que nos prestem serviços de suporte técnico forneçam assistência aos usuários ou assinantes. Nestas circunstâncias, seus Dados serão processados por tais terceiros.

vi) Prestadores de Serviços de Marketing.

Para oferecer anúncio relevante ao seu perfil, e-mail marketing, telemarketing, SMS, notificação instantânea (push), contamos com serviços próprios e/ou de terceiros.

vii) Instituições Financeiras, Provedores de Meios de Pagamento, Integradores de Meios de Pagamento e Empresas de Cartões de Crédito.

Para processar o pagamento no caso de você contratar um serviço pago, vamos compartilhar o seu número de cartão de crédito, dados bancários, dados de cobrança e informações de contato com instituições financeiras, provedores de meios de pagamento, integradores de meios de pagamento e empresas de cartões de crédito.

viii) Parceiros de Análise de Dados e de Crédito.

Para confirmar e completar seus Dados, cruzaremos os Dados que você nos fornecerá com aqueles que você compartilhou com empresas de análise de Dados, inclusive de crédito.

ix) Autoridades Governamentais.

Para (i) cumprir determinações legais, judiciais e administrativas e também cumprir ofícios de autoridades competentes e (ii) tomar ou provocar medidas legais, judiciais e administrativas para defender nossos direitos previstos nesta Política e nos Termos de Uso, inclusive em qualquer processo judicial ou administrativo. Por Autoridades Governamentais entendem-se autoridades policiais, entidades públicas e/ou outras organizações governamentais.

x) Entidades de segurança e prevenção a fraudes.

Para (i) cumprir obrigação contratual; (ii) exercer os termos e condições desta Política e/ou dos Termos de Uso e/ou contratos de assinatura aos quais você aceitou; (iii) prevenir atividades ilegais, fraudulentas ou suspeitas; (iv) prevenir problemas técnicos ou de segurança; e (v) denunciar violações e/ou proteger nossos direitos e propriedades.

xi) Parceiros de Mensuração.

Para realizar análises de audiência, alcance e relevância e relatório de mensuração dos Serviços.

xii) Parceiros de Negócios.

Para (i) aprimorar nossos Serviços; (ii) ampliar nossos negócios; (iii) desenvolver novos negócios, inclusive negócios que envolvam a prestação de serviços a terceiros de complementação de Dados, para fins de facilitar seu cadastro e melhorar sua experiência nos produtos e serviços dos parceiros.

xiii) Escritórios de Contabilidade e Advocacia

Para cumprir com exigências legais e prestar informações aos órgãos Públicos necessários e exigidos desta Organização, bem como atender a especificidades contratuais e resguardar direitos desta Organização, seja perante o poder judiciário ou não.

SEGURANÇA NO TRATAMENTO DE DADOS

Esta Organização pauta-se por promover a segurança no tratamento de seus dados. Aliás, seja no armazenamento, no compartilhamento ou em todas as etapas de tratamento de seus dados, esta Organização possui e utiliza dos mais variados tipos de programas de segurança, tudo, a fim de proteger seus dados de infortúnios.

Os dados dos titulares serão sempre tratados com maior zelo e cuidado. Para isto que utilizados os mais avançados softwares de segurança, no tratamento de dados, disponíveis no mercado. Aliás, estamos ao lado de parceiros, prestadores de serviços que mantêm o mais rigoroso controles de cuidado no tratamento dos dados desta Organização, sempre atendendo as diretrizes da lei e desta Política de tratamento de dados.

Temos uma equipe robusta, altamente qualificada e responsável que adota as melhores práticas de segurança, dentre elas:

- Pseudonimização e criptografia de dados pessoais;

- Meios para garantir a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência contínuas dos sistemas e serviços de tratamento;
- Os meios para restaurar a disponibilidade e o acesso a dados pessoais em um momento apropriado em caso de incidente físico ou técnico;
- Procedimento para testar, analisar e avaliar regularmente a eficácia de medidas técnicas e organizacionais para garantir a segurança do tratamento.
- Monitoramento contínuo do ambiente;
- Auditorias periódicas;

DIREITOS DOS TITULARES

Os titulares de dados tratados por esta empresa possuem os direitos previstos em lei, bem como os direitos que estão insculpidos na presente Política de tratamento de dados, preservados. É claro, a lisura e a transparência nas relações comerciais, mantidas por esta Organização, são medidas de extrema importância e, para isto, expressa esta Organização os direitos dos titulares de dados pessoais.

Em primeiro lugar, destaca a presente Política de Tratamento de dados que o encarregado, controlador e operador dos dados pessoais refletem-se pela própria Organização. E isto é importante de ser dito, já que os direitos dos titulares de dados poderão ser exercidos de forma centralizada, direcionando e requerendo suas pretensões a um só “indivíduo”.

Pois bem, para o exercício de todos os direitos, os titulares de dados tratados pela presente Organização poderão direcionar seus requerimentos para o e-mail do encarregado de dados (organização), que é encarregadodedados@novaeraagricola.com.br

Dentre os direitos dos titulares, esta Organização preserva e enaltece que o titular de dados poderá requerer, a qualquer momento desta Organização, em relação aos dados tratados pelo controlador (Organização): a-) a confirmação da existência de dados; b-) acesso aos seus dados; c-) correção de dados incompletos,

inexatos ou desatualizados; d-) anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei; e-) eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 desta Lei; f-) informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados; g-) informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa; h-) revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da Lei n.º 13.709/2018.

Para o exercício dos direitos acima delineados, os titulares de dados ou, se o caso, seus representantes legalmente constituídos, enviarão ao e-mail do encarregado de dados da Organização, através de requerimento expresso, as solicitações desejadas, pertinentes e cabíveis.

A resposta será realizada em estrita observância aos ditames da lei n.º 13.709/2018, no prazo legal, por meio eletrônico, seguro e idôneo para esse fim ou por meio impresso, conforme desejo do titular. Alias, segue-se como regra o envio de informações/resposta através de meios eletrônicos, por ser mais rápido, eficaz, seguro e barato para todas as partes.

TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS

Esta Organização, atenta as ordens legais, informa e esclarece aos titulares de dados que o término do tratamento sempre observará os critérios legais, resguardando o direito dos titulares. Deste modo, a Organização fará o tratamento de dados dos titulares que colher até a verificação de que a finalidade foi alcançada ou, por seu critério, os dados deixaram de ser necessários e pertinentes ao alcance da finalidade almejada.

Notadamente, para dados coletados e tratados que tenham pacto determinado expresso, o fim deste tratamento ocorrerá no final do pacto. Outrossim, esta Organização sublinha que haverá o término do tratamento de dados sempre que o titular fazer comunicado expresso, inclusive no exercício de seu direito de revogação do consentimento, conforme disposto no § 5º do art. 8º desta Lei, resguardado o interesse público e os direitos desta Organização.

O tratamento de dados também poderá terminar quando houver determinação da autoridade nacional, por haver violação ao disposto na Lei n.º 13.709/2018.

Firma-se ainda, pela presente Política de Tratamento de dados, que os dados pessoais não eliminados serão sempre conservados por esta Organização para cumprimento com obrigação legal ou regulatória pelo controlador; estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais; transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos nesta Lei; uso exclusivo do controlador no resguardo de seus direitos, bem como para as finalidades apontadas alhures, nesta política de tratamento de dados pessoais.

ALTERAÇÕES A ESSA POLÍTICA DE TRATAMENTO DE DADOS - PRIVACIDADE

Esta Organização poderá alterar esta Política de Privacidade a qualquer tempo. Toda vez que alguma condição relevante desta Política de Privacidade for alterada, essas alterações serão válidas, eficazes e vinculantes após a nova versão ser divulgada no nosso site ou enviada por e-mail pra você.

Prezamos sempre pela transparência: toda vez que uma alteração relevante for feita, nós enviaremos um comunicado a você indicando a nova versão vigente. Ao continuar a usar nossos produtos, serviços e manter qualquer tipo de relacionamento com esta Organização, após uma alteração na Política de Privacidade, você estará concordando com as novas condições – mas você sempre pode manifestar a sua discordância por meio dos nossos canais de atendimento, se for o caso.

Estamos sempre melhorando nossa Política e as mudanças serão refletidas no site da empresa e fisicamente, em vários departamentos e setores. Então, antes de usar um de nossos Serviços dê uma olhadinha aqui. Você sempre será avisado sobre qualquer alteração, seja através de aviso no Portal da Privacidade, nos Serviços, pelo envio de e-mail, SMS, notificação instantânea (push) ou através de outros meios.

Quando publicarmos alterações na Política, atualizaremos a data em que a última alteração foi publicada, neste esqueque, temos que a presente Política teve sua última atualização em 16 de Dezembro de 2022.